

HISTÓRIA, VERDADE E IDENTIDADE NACIONAL

Quatro panfletos políticos do Segundo Reinado

Regina Horta Duarte *
Para Alcir Lenharo, com saudade.

Abstract:

Liberal political thought in Brazil based upon an analysis of four pamphlets published between 1849 and 1861. These pamphlets had significant repercussions among their contemporaries. The authors include Francisco Sales de Torres Homem, Justiniano José da Rocha, Teófilo Otoni and Tavares Bastos

Keywords: Brazilian Empire, Brazilian political history, liberal thought.

Resumo

"O artigo realiza uma reflexão sobre aspectos do pensamento político liberal no Brasil, a partir da análise de quatro folhetos, publicados entre 1849 e 1861 e que alcançaram grande repercussão entre seus contemporâneos. Os autores focalizados são: Francisco Sales de Torres Homem, Justiniano José da Rocha, Teófilo Otoni e Tavares Bastos."

Palavras-chave: IMPÉRIO, HISTÓRIA POLÍTICA e PENSAMENTO LIBERAL.

Dentre as surpresas que o estudo da sociedade imperial reserva ao pesquisador, a existência da prática de publicação de panfletos políticos é, sem dúvida, uma das mais interessantes para a reflexão sobre a vida política da época e da história de suas idéias.

* Professora Dep. de História da UFMG

* Doutora em História pela UNICAMP

Uma primeira constatação refere-se à tradição do poder da imprensa e do papel do jornalista na discussão das questões que mobilizavam o país. Se tomarmos um período relativamente calmo, em que os conservadores logram fazer triunfar seus ideais de união entre segurança e autoridade com ênfase naquela, construindo o "tempo saquarema", em que há uma euforia significativa em relação aos progressos materiais e que o país se vê livre do tráfico negreiro (com todas as esperanças de transformação social que isto despertava nos espíritos progressistas) poderemos constatar que tal estabilidade deu-se paralelamente à publicação de vários panfletos. Entre 1849 e 1861, quatro importantes e polêmicos textos foram produzidos, levantando questões cruciais para a vida política e gerando uma repercussão significativa e indelével no pensamento e na prática política dos homens da época. Todos eles foram produzidos por jornalistas envolvidos diretamente na vida pública.

O Libelo do Povo, de Francisco Salles Torres Homem, o Timandro (1849), *Ação, Reação e Transação*, de Justiniano José da Rocha (1855), a *Circular aos Eleitores...* de Teófilo Otoni (1860) e *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*, de Tavares Bastos (1861) apresentaram-se como documentos indispensáveis para a reflexão sobre a sociedade do Império naqueles anos. A consideração de sua importância está longe de residir na ilusão de que tais textos pudessem dimensionar uma verdade - mesmo que fragmentária e parcial - acerca da vida política do Império ou mesmo na ingenuidade de crer que elas pudessem nos levar a definir "quem era quem" nesse jogo político, a partir do delineamento nítido das várias correntes de idéias em atrito nas disputas em pauta.

Os panfletos citados não nos revelam verdades históricas, nem descortinam ou refletem a sociedade imperial contemporânea ao triunfo conservador. Mais que fragmentos da essência de um passado perdido no tempo, os textos podem ser considerados como construtores de verdades que os autores tentam, a partir da argúcia e sofisticação de suas exposições, difundir e utilizar na construção de sua atuação política. Nessa intenção de verdade, os panfletos evocarão, ostensivamente, a História, vista como saber imparcial e objetivo capaz de desvendar o tempo que foi.

Os folhetos também não nos permitem definir posições políticas fixas, pois repousam em instantes fugazes e quase sempre se transformaram em motivo de tormento para seus próprios autores, acusados de incoerência entre sua prática política efetivamente institucional e partidária e suas idéias desenvolvidas na escrita. A própria historiografia só consegue referir-se a eles ressaltando a contradição vivida pelos autores, como se isso pudesse relativizar a autenticidade do conteúdo e requeresse um cuidado especial a ser tomado pelo historiador.

Mais do que assinalar uma falta - a inexistência de uma coerência que percorresse a vida política desses publicistas - interessa-nos o momento em que essas obras saíram à luz, os debates que galvanizaram e as práticas que intencionaram generalizar através de sua propaganda. A chamada "falta" de unidade na vida desses homens é expressiva, a nosso ver, da própria riqueza do jogo político da sociedade imperial, em que os atores têm que, a todo momento, repensar suas estratégias, rever seus posicionamentos, redimensionar os perigos existentes, reavaliar suas idéias, sobreviver.

É claro que cada uma dessas obras terá uma história especial, construída à medida que estes autores forem lidos e relidos em momentos históricos diversos, por homens que, enfrentando problemas distintos, procurarão na história uma verdade que oriente suas soluções. Estes publicistas tornaram-se uma referência obrigatória para os próprios políticos do século XIX que os sucederam e mesmo para as gerações republicanas de nosso século. Difícil não recordar a reapropriação que os udenistas fizeram da figura de Teófilo Otoni, ressaltando certos valores e chegando mesmo a pedir de empréstimo o lenço branco que lhe serviu de instrumento nas eleições de 1860. Dessas histórias não nos ocuparemos - pelo menos no momento - já que elas transcenderiam os limites de um artigo, exigindo uma consideração muito mais minuciosa e extensa de cada panfleto em questão.

Nosso objetivo será perceber as quatro obras como constituintes da trama histórica daqueles anos, com toda a importância presente na sua escrita e divulgação. Certamente, devem sua repercussão e sucesso ao fato de mobilizarem debates que agitavam seus contemporâneos. Representavam, ainda, momentos de criação, à medida que os autores sistematizam uma série de idéias de forma inédita e propõem soluções historicamente originais que orientassem os rumos da sociedade brasileira. Nem reflexo de um real, nem sinal fragmentado de uma unidade passível de resgate, os panfletos são práticas delineadas no jogo intenso das lutas que os suscitam.

O uso da história é, provavelmente, o denominador comum entre eles. Busca das origens da nação a ser defendida dos males que obstaculizam seu progresso e sua entrada definitiva na civilização, explicitação do encaideamento causal que delinea sua evolução, situação do presente como tempo simultâneo de perigo/espera/ação: temas presentes nos quatro folhetos.

O ano de 1849 aparece caracterizado em *O Libelo do Povo* como um tempo de espera, uma espécie de *sursis* em que, com o gosto amargo da derrota, os homens deveriam depositar as esperanças no sentido inexorável da história e no curso inevitável da civilização. Abandonando armas, perdendo posições políticas, restava aos atores lutar por idéias. E estas serão usadas no folheto com a violência de um combate. A sua repercussão foi

enorme: os ataques realizados no texto são configurados como sacrilégios ao ofender abertamente a dignidade e a honra da família real. Jornais conservadores chegam a ser fundados com o único intuito de combater *O Libelo*, centrando o ataque na humilhação pessoal do autor, chamado de “desprezível filho de padre”, “crioulo malandro”, “médico sem doentes, à procura de fortuna”. Jornais liberais, como *A Filha de Timandro*, tomam sua defesa, configurando um verdadeiro combate na imprensa, com o envolvimento da opinião pública, gerando uma difusão ainda maior do folheto, à medida que suas ressonâncias se multiplicam e que as pessoas se posicionam nas discussões desencadeadas.

O momento é delicado. Tempo de violência física explícita na repressão da Praieira e prisão de seus participantes. Tempo de violência política que se configurará na dissolução da Câmara em fevereiro de 1849, decorrente dos exacerbados conflitos entre esta e o Gabinete Conservador presidido por Pedro de Araújo Lima, então Visconde de Olinda. Pelo decreto de dissolução, convocava-se outra Câmara, a ser eleita para iniciar seus trabalhos em janeiro de 1850. Tempo de solidão e desânimo para os liberais, desgastados com a falta de coesão e com a inoperância que caracterizara sua atuação no quinquênio liberal. De 1844 a 1848, apesar de anistiados e chamados ao poder, conviverão com instituições do triunfo conservador, como a Lei de Interpretação do Ato Adicional (em vigor desde 12-05-1840), a recriação do Conselho de Estado (em vigor desde 23-11-1841) e a reforma do Código de Processo Criminal (em 03-12-1841). Entre o ano de dissolução da Câmara e o início dos trabalhos da nova, liberais mais puristas como José Antônio Marinho, Teófilo Otoni e Urbano Sabino P. Mello se afastam, dando aulas em colégios do Rio, desbravando o Vale do Mucuri e trabalhando pacatamente como advogado, respectivamente.

A virulência das palavras de Timandro agita esse quadro e propõe uma atitude de esperança. Mas em toda essa desolação, onde pode apoiar-se o sonho de dias melhores? Para Timandro, a resposta é: da verdade que a História nos traz. E é essa história detentora do segredo da vitória dos princípios então derrotados que o folheto passa a construir.

Logo no início de sua argumentação, *O Libelo* contrasta o período negro vivido pela sociedade brasileira - marcado por novo eclipse da causa constitucional e o regresso ao poder dos “representantes de um passado de amarguradas lembranças” - com a situação vivida pela Europa, tonificada pela onda liberal que encaminha suas instituições para a democracia. Rompendo com velhas tradições, “mudando de pele”, os povos civilizados entram definitivamente na modernidade, abandonando a monarquia.

Comparado a esta tendência, o Brasil aparece na contra-mão do sentido histórico. Mas é esta mesma história o que possibilita a compreensão das causas desse descompasso.

O nascimento da nação, situado em 1822, colocou a questão crucial da soberania popular ao delinear-se a opção feita pela monarquia e a atribuição, calcada na preferência e admiração nacional, de legitimidade a D. Pedro I. Entretanto, a dissolução da Constituinte contrariou este princípio ao situar a legitimidade do Imperador no direito divino e no poder hereditário, desprezando o princípio da soberania popular como origem de seu poder.

A partir daí, os anos seguintes não deixam de ser uma oscilação desencadeada pela luta entre estes princípios, que se opõem em dualidades como antigo/moderno, despotismo/ democracia, sombras/luzes, atraso/civilização, tirania/liberdade. No primeiro pólo, o autor situará os anos entre a dissolução da Constituinte, até a abdicação (compreendendo a trágica repressão à Confederação do Equador), o Regresso e as instituições criadas por seus articuladores e, desolada e finalmente, o período que se inicia com o novo Gabinete Conservador. Como épocas que se unem à modernidade, à democracia, às luzes, à civilização e à liberdade, destaca especialmente os anos da Regência, os tempos de campanha pela maioria e as lutas heróicas de 1842 e 1848. Estes momentos da história do Brasil, aliados ao do próprio nascimento da Nação em 1822, aparecem como clarões prenunciadores das luzes avistadas ao fim do túnel, representadas pela vitória definitiva dos princípios liberais nas nações civilizadas e modernas europeias, pioneiras na marcha da história.

A Nação aparece aviltada em seus interesses mais preciosos, obstaculizada pela ação de forças aliadas a uma dinastia sinistra, composta por uma "longa sucessão de reis ignorantes, cruéis e depravados". Predominam os rituais de desigualdades, como genuflexões e beija-mãos, privilégios esmagam as capacidades, caprichos individuais degeneram a vida política.

Entretanto, é o desenrolar do fio da história quem garante o término de toda essa situação. Impõe-se - com "o grande século positivo e desenganoado, que vai substituindo em toda a parte a sombra pela realidade, a mentira pela verdade" - a vitória da soberania popular, do governo do país pelo país, em que o Imperador passa a ser simples "fração de alguns milhões de habitantes que contém o Brasil" e pode exercer seu poder apenas a partir da consideração de seu papel representativo. A verdade revelada pela história é a da Nação, somente ela é soberana, augusta e perpétua. "A soberania do povo é a única confessada pela civilização, pela justiça, pela consciência do gênero humano".

A vitória desses princípios não poderá ser demasiadamente apresada. Das palavras do panfleto, conclui-se que o Brasil vem a reboque no impulso da evolução, um pouco atrasado, mas continua seu caminho. As idéias não podem ser fuziladas, a revolução que se opera nos sentimentos

da Nação não será contida pelas armas, intrigas palacianas ou corrupção. Com a mesma certeza “que a natureza prepara de dia em dia, de hora em hora a mudança das estações”, tece a história o triunfo da liberdade, realidade e interesse brasileiro sobre a tríade da tirania, ficção e capricho dinástico. Nesse momento, cada brasileiro será um cidadão e a base do Estado repousará nas forças de todos.

É interessante notar como as páginas *d'O Libelo* sistematizam toda uma série de discursos caros a alguns liberais da época: ênfase em marcos históricos como 1822, 1831, 1842 e 1848, heroicização das atuações dos liberais, saudosismo em relação à vida política dos anos regenciais. Mas ele joga, principalmente, com o ódio ao elemento português, identificando todas as mazelas vividas e todos os obstáculos enfrentados à sua permanência, como um elo que mantivesse o Brasil amarrado a seu passado, como uma cadeia que devesse ser rompida para a entrada definitiva nas conquistas do presente.

Tempo de espera que se anuncia, tempo de cultivar idéias. É o que Timandro não só propõe, mas realiza, ao escrever um panfleto que gerou tanta polêmica. Seria inútil desmerecer ou desvalorizar seu caráter contestador indicando a futura adesão de Torres Homem à Conciliação, sua nomeação ao ministério em 1858 ou mesmo sua nobilitação pelo título de Visconde de Inhomirim, motivo da ridicularização do antigo Timandro por toda a imprensa da época. *O Libelo* é muito mais que seu autor, ele é todo o sentimento de uma época: expressa a defesa de opções políticas para a sociedade brasileira que permaneceram derrotadas, mas nem por isso perderam sua importância, seja no século XIX, seja para o historiador que se dedica a esses momentos. Aqui, poderíamos situar os debates sobre a representatividade, a legitimidade do poder estabelecido, a cidadania, o direito de insurreição contra a opressão e a profunda marca do americanismo presente em certas correntes políticas oitocentistas. Relativizar o caráter combativo do panfleto pela trajetória política posterior de seu autor, não deixa de ser uma atitude que partilha da mesma lógica de humilhação empreendida pela imprensa conservadora da época, que o chamava de crioulo malandro: só que a descaracterização partiria, agora, da acusação de oportunismo.

Mais do que Timandro, mais que Sales Torres Homem e que o Visconde de Inhomirim, *O Libelo* foi uma das importantes máquinas de guerra usadas no jogo intenso e decisivo das forças em luta naqueles anos.

Se *O Libelo* constrói 1849 como tempo de espera, *Ação, Reação e Transação* configura os anos que seguem a 1855 como momento de oportunidades a serem aproveitadas com todo o tino e prudência.

Tempo de conciliação, de desgaste e esgotamento dos movimentos de ação e reação, chega-se ao período da transação como possibilidade de

progresso e conquista da civilização. *Ação, Reação e Transação* também delinea seus argumentos paralelamente a toda uma interpretação sistemática da história.

É em nome do conhecimento histórico que se constrói a revelação de um sentido verdadeiro, o de que a luta eterna entre a autoridade e a liberdade desencadeia a possibilidade de períodos de avanço e evolução.

Mas esse instante, delicado e decisivo, é fugaz. Seria lamentável desperdiçá-lo, principalmente porque há o perigo de cair-se irremediavelmente na anarquia e na barbárie.

É atribuindo-se o papel de alertar seus contemporâneos que Justiniano José da Rocha decide construir um “trabalho meditado e amplamente desenvolvido”. Com o intuito de servir ao país, dirige seu panfleto à atenção dos governantes, que devem identificar as chances do momento e dirigi-las adequadamente.

O panfleto esboça uma cronologia para a história da Nação. A origem é situada em 1822 e até o ano de 1836 compreende-se o período de ação. De 1836 a 1852, domina a reação. Finalmente, 1852 inaugura as promessas da transação.

Em sua origem, a Nação se encontra sob o signo da ação e, apesar da vitória monárquica, o republicanismo mobiliza homens formados nos moldes clássicos, revoltados contra o absolutismo e fascinados pela prosperidade dos EUA. Entretanto, o sete de abril e os acontecimentos que se seguiram mostram a instauração de um terreno movediço, a partir de um clima de insegurança. Época de exaltação das paixões, estimuladas por uma imprensa irresponsável e desenfreada, o período regencial assistiu à perda de controle, pelo governo democrático, dos motins e rebeliões que se espalharam por todas as partes do território. Imaturamente, os liberais idealizaram a República, imaginando-a como em Atenas, mas sem o ostracismo; como em Esparta, mas sem o furor belicoso; como em Roma, sem as agitações do fórum; como na França, sem a guilhotina ou como nos EUA, sem as desgraças das ex-colônias espanholas.

A atmosfera de terror e insegurança desencadeia a segunda fase histórica, a da reação. A bandeira do regresso é levantada a partir da saudade de um passado repleto de sonhos de grandeza, da necessidade de ordem e de impedir a destruição da unidade nacional. O “monstro medonho da anarquia” mobiliza a reação dos patriotas. Vem à luz, com o regresso, o segundo momento da evolução, “a segunda fase da luta, tão necessária como a primeira e a terceira” e que demonstra o cumprimento da “lei do progresso”.

Porém, se a ação era uma época de imperfeição – pois partindo do medo e suspeita contra a autoridade, aniquilava-a e quase pôs a perder a Nação – a reação também se mostrou incompleta: partindo do horror ao tumulto, destruiu a liberdade.

O autor prossegue, forjando a verdade tecida na urdidura de seus argumentos: os períodos de ação e reação se esgotaram e a pátria não pode estar eternamente condenada aos revezes da oscilação destes extremos. É chegada a hora da transação, do arrefecimento das paixões, de quietação no presente e de investir no futuro. Criar um regime prudente e que equilibre liberdade e autoridade é garantir o caminho da Nação para os grandes destinos que a aguardam.

A conciliação é apresentada como um momento superior no desenvolvimento histórico, chave para a realização das promessas de uma grande Nação contidas em 1822. O folheto não tem o caráter bombástico nem o tom polêmico que caracteriza *O Libelo*. Se este se coloca como porta-voz do povo brasileiro, *Ação, Reação e Transação* aparece como alerta aos mais altos governantes. O povo é aqui um elemento quase passivo a ser tutelado e guiado, protegido da revolta e sofrimento desencadeado pela atuação dos liberais, mas salvo também da ruína da liberdade causada pela ortodoxia conservadora.

A proposta é combinar ordem e liberdade, monarquia e democracia. O jornalista conservador, que recebia pagamento em dinheiro contido em papéis dobrados e escravos como recompensa pela sua atuação, constrói um discurso legitimador da conciliação e granjeador de adeptos para a política que se delineou definitivamente nos discursos de Nabuco de Araújo, em 1853. Na aliança entre conservação e progresso, o estadista destacou o papel do governo na tarefa de conciliação, indispensável para o reforço do princípio de autoridade, peça chave no combate ao flagelo da anarquia.

Também o autor desse panfleto sofrerá acusações de incoerência. Logo depois de sua publicação, dirige ataques ao gabinete presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão, de quem receberá uma resposta marcada pelo escárnio e humilhação.

Sempre se ressalta o tom patético do discurso de Justiniano para justificar-se contra as acusações do Marques de Paraná. Nele, explicitou as condições em que sempre trabalhou, o preço de seus artigos e de suas argumentações brilhantemente construídas. Mais uma vez, um texto político escapa a seu autor. Mas ter recebido por ele não implica em falsidade. Seus argumentos já não eram exclusivos do autor: caíram em domínio público e alcançaram grande vitória: a cronologia que construiu para a história do Brasil e a interpretação dada ao curso dos acontecimentos permaneceram, para muitos, como uma verdadeira e autêntica visão do período. De panfleto doutrinário, *Ação, Reação, Transação* passou a ser usado como documento fiel da história: Joaquim Nabuco recomendaria, anos depois, “para o estudo da evolução monárquica”, a leitura “de cada palavra deste opúsculo”.

Nesse sentido, se Justiniano José da Rocha fez seu último discurso como deputado, em prantos e morreu doente, miserável e desprezado pela maioria dos conservadores, o panfleto de sua autoria alcançou seu objetivo principal: construir uma verdade acerca da história do Brasil, aparecendo como reflexo da realidade, convencendo leitores de sua imparcialidade e da objetividade de suas análises. Suas intenções, sua monumentalidade mantiveram-se ocultas - assim como haviam estado, durante anos, as notas de dinheiro envoltas nas folhas de papel dobrado - e preservadas de qualquer confissão. *Ação, Reação e Transação* permaneceu sempre fiel às tramas conservadoras nas quais se engendrou.

A *Circular dedicada aos srs. eleitores pela Província de Minas Gerais e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo 2. distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura*, apresenta algumas especificidades em relação aos dois textos anteriormente discutidos.

Em primeiro lugar, não é propriamente um panfleto, mas o programa de uma candidatura a uma vaga na Câmara, nas eleições de 1860. Otoni achava-se afastado da política desde os primórdios da década de 1850, quando considerou que chefes liberais vinham fazendo maiores concessões ao governo do que podia aceitar, preferindo dirigir seu olhar ao futuro que satisfazer-se com vitórias efêmeras e condições precárias. Realmente, eleito em 1852, como suplente, sem sequer ter se candidatado, chegou a ser chamado para a vaga e recusou. Durante todos estes anos, dedicou-se à épica aventura do desbravamento do Vale do Rio Mucuri, demonstrando maior facilidade de aproximar-se dos selvagens botocudos do que conviver com os políticos conservadores...

Seu retorno à disputa deu-se em 1856. Candidatou-se duas vezes ao Senado e, sendo o mais votado da lista, não obteve a indicação pelo poder moderador, fatos lembrados com forte mágoa nas páginas da *Circular*. Em 1860, decide-se por disputar a Câmara.

Se inicialmente teríamos alguma dificuldade de qualificar a *Circular* como panfleto, seu uso e difusão, na época, dissipam nossas dúvidas. A obra transformou-se, rapidamente, em um panfleto, tal a repercussão entre os que se réarticulavam em torno da retomada liberal. A imprensa mobilizou-se, tecendo elogios, atacando, ironizando. Entre os liberais, a *Circular* assumiu o prestígio de um verdadeiro programa político.

Uma segunda especificidade reside no tratamento dado à história. Mantendo a concepção desse saber como revelador de uma verdade, Otoni mistura o passado da Nação ao de sua própria vida. Nesse raciocínio, dará relevância a marcos como 1822, 1831, 1842, apontando estas datas como decisivas e destacando nelas sua presença.

Às prováveis críticas de imodéstia ou narcisismo, o autor responde antecipadamente, dizendo seguir prazer dos antigos, que não hesitavam em expor sua vida e seu passado. É importante ressaltar que a exposição de Otoni não se detém em aspectos de sua vida privada: nenhuma palavra sobre o amor, sentimentos íntimos ou confissões pessoais. O que se expõe é a trajetória do homem público, com a firme intenção de demonstrar coerência, na defesa da liberdade e da constitucionalidade.

Enfatizar a estabilidade de idéias e posições não era pouco significativo num época em que, como vimos, os atores aparecem, de forma impressionantemente rápida, na posição oposta em que se encontravam há pouco. É uma das formas que Otoni encontra para se contrapor aos políticos. Estrategicamente, cita nomes de vários que se formaram no liberalismo republicano, como Torres Homem e Joaquim José da Rocha, e que no ano de publicação da *Circular* encontravam-se em situação bem diversa.

A juventude da Nação coincide com a do autor: o início dos anos vinte aparece como "tempo das emoções patrióticas" em que, aos treze anos, escrevia poesias emocionadas. Há, no relato, uma imprecisão em torno desse momento, numa mistura entre temporalidade individual e coletiva.

Essa mistura perpassa toda a argumentação construída. Também os acontecimentos individuais e coletivos surgem amalgamados. O nome do único parente citado, o de seu pai, aparece para apontá-lo como estímulo primeiro à vida pública, dado o exemplo de seu envolvimento com as tendências liberais presentes no processo de independência. O único evento descrito da vida escolar conta a vitória obtida, na Academia da Marinha, contra o impedimento existente de alunos sem nobre descendência assentar praça de guarda marinha e de aspirante. Através de seu empenho excepcional nos estudos, Otoni vencerá a tradição, transformando esse "protesto em nome do princípio da igualdade" no "primeiro ato de sua vida cívica". A inexistência do relato de aspectos de sua vida privada não era casual: seguindo a firme tradição republicana dos autores clássicos que cultivava, Otoni afirma, implicitamente, que o que importava era sua vida pública, e somente por ela queria ser avaliado e escolhido como representante.

A todo momento, a *Circular* abre parênteses em sua narrativa para transcrever artigos e discursos feitos pelo autor na juventude. Otoni mostra, orgulhosamente, a permanência de suas idéias. É como se toda a sua trajetória, toda sua experiência viesse apenas confirmar posições inicialmente tomadas, idéias precocemente adotadas. A história caminha muito mais no sentido de revelar a propriedade do que já estava dado desde o início, do que num sentido evolutivo e progressivo. Parte-se de um estágio inicial, em que as conquistas da civilização já se explicitaram. Os anos que se seguem constituem-se pelo encaminhamento ou pela negação dessa ver-

dade, pela vitória de princípios perfeitos ou pela manutenção de tradições arcaicas e vazias, pelo alinhamento ou descompasso do Brasil em relação à América.

A tradição ibérica é destacada em sua negatividade: trezentos anos de escravidão, de despotismo, de ignorância e falta de instrução impediam o alcance do nível dos americanos do norte. É por isso que 1831 não pode encaminhar a vitória da república, do governo do povo por si mesmo: o risco da anarquia exigiu cautela. Aqui, apresenta-se a necessidade de uma evolução: criar condições morais e políticas para a república, marchar em segurança para a republicanação gradual das instituições, em direção a um estado de perfeição já alcançado em certa parte do mundo. A existência de um lugar onde essa perfeição já é uma realidade traz a garantia da veracidade dessas esperanças. A utopia não se liga só ao futuro. Há um lugar e um tempo presentes nos quais ela se manifesta: “a pátria dos Washington, dos Jefferson e dos Franklin”.

Há uma diferença entre a visão de Otoni sobre a sociedade americana e a dos outros panfletários que se referenciam na modernidade europeia. Em Otoni, os EUA aparecem como lugar perfeito, definitivo, acabado. Ali, a história cumpriu, completamente, seu caminho. Se Salles Torres Homem mostrava a Europa conquistando a democracia, Otoni dá os EUA como o tempo e o local da completude histórica: tudo já foi conquistado. O progresso passa a ser apenas cumulativo na autopreservação da utopia.

Mesmo renunciando à implantação imediata da República, Otoni não deixa de lado sua defesa do direito de insurreição, no caso de violação, pelo governo, do contrato social. Esta idéia era uma das epígrafes que acompanhavam cada número do *Sentinela do Serro*, jornal que dirigiu no início da década de 1830; foi defendida na tribuna em 1841 contra argumentações de Honório Hermeto C. Leão e colocada em prática em 1842, após a dissolução da Câmara pelo Imperador.

A reafirmação do radicalismo dessas concepções e da firmeza de tais convicções políticas destoa dos discursos conciliadores predominantes nos anos 1850. Eram questões caídas em desuso e provavelmente o seu sucesso deveu-se à surpresa que os contemporâneos devem ter sentido ao rever, tão publicamente enfatizadas, defesas que pareciam definitivamente silenciadas. A ressonância da *Circular* vem lançar, por outro lado, dúvida sobre o triunfo completo das concepções conservadoras – que privilegiavam uma teoria negativa da liberdade e a subordinavam à ordem e à segurança – no seio da sociedade civil.

Há, na argumentação de Otoni, um deslocamento, mesmo que tensional, da soberania da Nação para a soberania popular. Seus argumentos o aproximam muito de Timandro. Ao ingressar na campanha pela maioridade, negou que o prestígio de D. Pedro II viesse de seus antepassados,

situando sua legitimidade na aclamação de D. Pedro I pelos brasileiros, enquanto herói da Independência.

Aqui, ocorre a mesma tensão que percorre o Libelo: questiona-se a soberania nacional tal como defendida pelos conservadores. Fala-se em autogoverno. Mas, de certa forma, continua-se marcado pelo discurso nacionalista, desejoso de uma nação homogênea, do surgimento de um povo civilizado, arrancado da barbárie e da violência. Pagando tributo a seu século, Otoni, assim como o Timandro, acaba por privilegiar a Nação, sobrepondo-a, transcendente, aos indivíduos que a compõem. Para que os destinos da pátria se realizem torna-se necessário que estes indivíduos se unam em um conjunto, o povo brasileiro. Encontram-se amalgamados, tão fortemente como entre os pensadores conservadores, nacionalismo, progresso e civilização.

A *Circular* tornou-se um marco da volta à cena política do liberalismo de matizes republicanos e americanistas. Tidos, em geral, como deslocados da realidade, poderiam ser facilmente classificados como “fora do lugar” ou importações inadequadas. Porém, o texto mobilizou os homens da época e estimulou suas lutas em torno das concepções de representatividade, cidadania, legimidade do poder e das instituições e, principalmente, da autoinstituição da sociedade posta nas concepções de constitucionalidade e do direito de insurreição contra a tirania. Questões latentes na sociedade daqueles anos foram sistematizadas. O resultado das eleições mostra um êxito extraordinário, uma aprovação inquestionável dos princípios defendidos: Otoni foi eleito deputado pelo Rio de Minas, além de Senador por Minas, sem ter sido, mais uma vez, indicado. Por outro lado, transformou-se numa figura de referência para a juventude da época, como apontam Joaquim Nabuco, Luís Francisco da Veiga e Salvador de Mendonça. Constrói-se uma nova história do Brasil, que heroicizará os Inconfidentes, os revolucionários pernambucanos de 1817 e 1848 e os vencidos de Santa Luzia. Desloca-se a data de origem da nação de 1822 para 1831.

Com todas as críticas que tanto os contemporâneos de Otoni como nós mesmos podemos dirigir-lhe – narcisismo, construção de sua imagem como herói, demagogia evidente na campanha do lenço branco, ingenuidade na atribuição de um estado perfeito e acabado à nação americana, a transcendência que persiste em seu nacionalismo – o texto é uma grata surpresa, pois continua colocando questões vitais para a invenção da democracia e de nossa vida política. Como todo bom texto, os usos da *Circular* excedem, longamente, sua própria criação.

As eleições de 1860 trouxeram um resultado original. Realizadas dentro da nova lei eleitoral, decreto 1082 de 18-06-1860, possibilitou a eleição de deputados que, nas antigas condições, não obteriam sucesso.

Afrouxando o poder dos partidos, a nova situação elevava ao primeiro plano o prestígio pessoal do candidato na sua localidade. A câmara compôs-se de vários matizes: conservadores e liberais diversos, gente antiga nas lides políticas, como Teófilo Otoni, gente jovem, como Távares Bastos.

Távares Bastos iniciou seu primeiro mandato aos vinte e dois anos. Seu entusiasmo era imenso e podemos facilmente mensurá-lo logo nas primeiras linhas do panfleto, publicado no mesmo ano de 1831, intitulado *Os Males do Presente e As Esperanças do Futuro*.

A vida na Câmara aparecia-lhe como espetáculo promissor, evidenciador da existência, no Brasil, das fórmulas básicas do governo representativo, pois ali atuavam políticos que as compreendiam e as exerciam em sua importância vital. Os debates, as idéias em ebulição, os sonhos de mudança, o discernimento de alguns e a capacidade de luta: tudo isso despertava a sensação de "uma vida enérgica e forte" existente entre os povos livres.

Porém, esses momentos são como oásis no deserto da atualidade brasileira. E, seguindo o mesmo caminho trilhado por outros panfletários, Távares Bastos solicitará à História que o guie. Invocando-a, afirma seguramente que o panfleto será iluminado pelo seu "gênio inflexível".

E o que dirá a musa, desta vez? Comprometendo-se com o respeito à imparcialidade da narrativa, a verdade da censura e a probabilidade das predições a serem feitas, Távares Bastos divide a cronologia do Brasil em dois tempos, já indicados no título: presente e futuro.

A promessa de uma previsibilidade a ser revelada na história é bem coerente com a própria visão que se tem desse saber (tão corrente no pensamento do século XIX e -impressionantemente - ainda tão forte nos raciocínios históricos de nosso presente). Causa, efeito, consequência: assim caminha a história da "humanidade e, a partir de certas causas e efeitos, certas consequências tornam-se inevitáveis. Esta lógica percorre, como vimos, todos os panfletos analisados até aqui.

Távares Bastos mostra aos leitores um presente desolador. A sua miséria reside, principalmente, no fato de que ele nem sequer se contrapõe ou se diferencia do passado. O tempo presente é todo aquele decorrido entre a vitória do absolutismo em Portugal e o da escrita daquelas páginas. Não há distinções, mas um bloco compacto em que se acumulam momentos cronologicamente sucessivos, mas de natureza e caráter qualitativamente indistinto. Século XVI: Portugal vive em um absolutismo depravado, corrupto e predatório. A Colônia é a extensão de tudo isso, com o fator agravante e venenoso da escravidão. O Brasil nasce contaminado pela tradição ibérica. 1822: inexistência de espírito público coletivo, caráter anacrônico e maléfico de movimentos republicanos. A década que se segue assiste às lutas intestinas que rasgam o seio da pátria. Os costumes nunca

mudam: nem a Regência, nem a Maioridade, nem toda a década de 1840, nem a Conciliação, nada venceu os vícios coloniais predominantes na justiça, no comércio, na instrução ou na política.

Este é o presente. E no seu fragmento atual, traz o espetáculo mais acabado da descaracterização da vida política, explícito na roda viva dos gabinetes, na falta de ética, nas fraudes eleitorais, na fraqueza do legislativo, nos vícios administrativos que atingem todos os aspectos da vida social.

O Brasil não conseguiu romper as causas determinantes de um presente cívico de tempos passados. Por isso, os efeitos não mudam. É necessário introduzir um elemento mobilizador de outras possibilidades históricas.

Tavares Bastos apela aos seus leitores: não desistamos do futuro. Para tanto, é preciso criar outro presente. A solução apresentada, revelada pela escuta da história e de seu sentido, é a verdade contida no sistema representativo. Duas simples palavras: eleições diretas.

Este novo elemento mobilizaria novos efeitos: surgimento de Câmaras independentes, fim do regime de favor, desobstaculização da administração central e sua decorrente agilização, abertura para reforma da instrução pública, independência da polícia judiciária, reforma tributária, reequilíbrio da balança comercial, implantação de uma política eficaz de imigração. A partir de tudo isso, a consequência de uma nova nação, projetada ao futuro, tenaz e forte, possuidora de uma opinião decisiva, manifesta através do parlamento e da imprensa, o que, por sua vez, reforçaria o sistema representativo, revigoraria a política e garantiria a soberania nacional.

Mas como introduzir esse novo elemento? Se tudo o que se manifesta tem uma causa motriz, o que traria essa inovação? Mudança exige espera. Tavares Bastos alerta que não se deve contagiar-se pelo ceticismo dos corruptos nem pelo fanatismo dos pessimistas. Não se deve invocar nem o reinado sombrio da oligarquia nem os tumultos da anarquia. É a história quem revela a possibilidade do rompimento, pela vitória dos princípios e pelo poder das idéias. A nova causa em jogo reside nesta evolução: é ela que brilha nos discursos atuais da Câmara. Cabe aos homens ouvir a musa e empenhar-se, dia e noite, no trabalho de esclarecer a opinião, da qual surgirá o ideal do novo governo.

O autor reserva um aparte para negar todas as soluções até aqui levantadas. Descarta a opção republicana, atribuindo-a à ignorância das diferenças entre os EUA e o Brasil, afirmando que "o segundo dia da República havia de ser o primeiro da anarquia e a véspera da exaltação de um déspota". Critica iniciativas dos descontentes que se agarram às considerações inadequadas ao culpabilizar, como responsável pelas chagas da nação, o governo pessoal, a oligarquia (e, nesse momento, opõe-se à Teófilo

Otoni, acerca da existência do Conselho de Estado), ou a anarquia. Apon-tando a estreiteza dessas concepções, afirma que nada disso pode submer-gir ou regenerar a nação. São argumentos ilusórios desse presente/passado a ser superado.

É certo que Tavares Bastos reconsiderará várias das questões aqui colocadas. Em *A Província*, de 1870, para citar um exemplo, reabilita a importância do marco de 1831. Mas os tons federalistas e liberais já mar-cam o texto da juventude. Aliás, é a juventude uma das marcas de sua vida, seja na jovialidade do entusiasmo sempre mantido, seja literalmente, pois não chegou a perdê-la, morrendo moço, de pneumonia, aos 36 anos.

Timandro, Justiniano José da Rocha, Otoni e Tavares Bastos: mui-tas diferenças nos escritos dirigidos a seu tempo e apropriados pelas gera-ções seguintes.

Mas quatro aspectos poderiam aproximá-los.

Em primeiro lugar, a intenção de relatar, de organizar idéias, siste-matizar estratégias, convencer seus contemporâneos e impor-se à opinião pública.

Em segundo lugar, usando a história como arma, encontram-se mergulhados em sua mitificação como fonte da verdade, do sentido do social, da evolução e do progresso.

Em terceiro lugar, prendendo-se a raciocínios deterministas e causalistas, apresentam seus próprios textos como explicáveis a partir da realidade que os teria gerado. Por isso eles podem pretender imparcialidade.

Porém, todos silenciam justamente o essencial de seus panfletos: nenhuma causa histórica os esgota, pois são criações em seu tempo. Não relatam, interpretam. Não espelham, delineam, imagens. Não relembram, criam. Não são meros porta-vozes de uma História que os escolheu para enunciar verdades, por que as soluções que apontam nasceram na necessi-dade dos enfrentamentos vividos.

Nesse aspecto reside a grandiosidade de suas obras, sendo esta a quarta característica comum a estes admiráveis publicistas.

Referência Bibliográfica

1. CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 2. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
2. CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni, ministro do povo*. 4. edição. Belo Ho-rizonte: Itatiaia,
3. DELEUZE, Gilles. *Proust e Os Signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
4. FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. vol. 1. 7. edição. São Paulo: Globo, 1987.

- 5.FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 2. edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- 6.IGLESIAS, Francisco. Vida Política 1848/1868. In- *Historia Geral da Civilização Brasileira*. dir. Sérgio Buarque de Hollanda. Tomo II, vol. 3, *Reações e Transações*. 6. edição. São Paulo :Difel, 1987, p. 9 a 112.
- 7.LE GOFF, J. Documento/Monumento. In- *Enciclopédia Einaudi*. vol. 1, *Memória/História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 11 a 50.
- 8.MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo:Cia Editora Nacional, 1956.
- 9.MATTOS, Ilmar r. *O Tempo Saquarema - a formação do Estado Imperial*. 26.edição. São Paulo : HUCITEC, 1990.
- 10.MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. 2. edição. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- 11.PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 26. edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Documentos

- 1.OTONI, Teófilo. *Circular dedicada aos srs. eleitores pela Província de Minas Gerais e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo 2. districto eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, 1930.
- 2.ROCHA, Justiniano José. *Ação, Reação, Transação*. In- *Três Panfletários do Segundo Reinado*.
- 3.TAVARES BASTOS, A. C. *Os Males do Presente e As Esperanças do Futuro*. São Paulo: Nacional, 1931.
- 4.TORRES HOMEM, Francisco de Salles. *O Libelo do Povo*. In- *Três Panfletários do Segundo Reinado*.